

LÚCIO CRAVEIRO DA SILVA: IDEIAS E MESTRES*

Acílio da Silva Estanqueiro Rocha

Professor Emérito da Universidade do Minho e
Sócio da Academia de Ciências de Lisboa

Apraz-me iniciar citando Ortega y Gasset (1883-1955) e a sua clássica sentença – “eu sou eu e a minha circunstância, e se não a salvo a ela, não me salvo eu”¹ –, pois diria que Lúcio Craveiro, sem porventura dar por isso, atendeu a essa máxima filosófica, a mais conhecida do filósofo espanhol; de tantas vezes repetir-se, pode não haurir-se o que com ela Ortega quis enfatizar, a relevância da *circunstância*: sem dúvida, a condição humana e a relação com os ‘outros’ estão pontuadas por circunstâncias, abrangendo o que está, directa ou indirectamente, em relação com o ‘eu’, do passado ou do presente, resultado da história, da geografia, da sociedade. Aliás, a significação de *salvar* é-nos dada umas linhas adiante, quando Ortega complementa a frase: “Quer dizer, buscar o sentido do que nos rodeia”²; ora, quantos privaram com o nosso Homenageado, deram-se conta da sua vasta cultura, movida por uma paixão de pensar e volúpia pela compreensão dos magnos problemas contemporâneos, sempre na busca “do sentido do que nos rodeia”.

¹ Conferência realizada em 30 de março de 2022.

² José Ortega y Gasset (1914), *Meditaciones del Quijote, con un apéndice inédito*, Madrid, Revista de Occidente en Alianza Editorial, 1997, p. 25 (‘Obras’, nº 17).

³ *Ib.*

1. Na lógica do título em epígrafe, desejaria apenas referir os seus primeiros dois livros, *A Idade do Social* (1952) e *O Movimento Operário* (1957), que o Professor Fernando Augusto Machado tratará em Maio (neste ciclo de conferências). Sobre as ideias do Prof. Lúcio acerca da Universidade – ele que foi Reitor da Universidade do Minho –, incumbir-se-á o Professor Rui Vieira de Castro, Reitor da Universidade do Minho (na Mesa-Redonda em 28 de Novembro próximo).

Concentro-me por isso na sua obra filosófica em que avultam os temas da ética, metafísica, filosofia social e política, história da filosofia em Portugal, como se depreende de títulos – alguns da sua juventude –, “Introdução à Filosofia Moral”³, “Fundamentação da Filosofia Moral”⁴, “Filosofia dos Valores e Tomismo”⁵, “Consciência”⁶, “*Cursus Philosophiae Moralis*”⁷, “O ensino da Ética na tradição cultural de Coimbra e de Évora”⁸, bem como a perscrutante pesquisa sobre “A ética nos provérbios populares portugueses”⁹. Nessas publicações, o facto moral é visto como *problema* (para superação do positivismo), com vista à autonomia e à fundamentação da moral; com esse intuito tenta ir além de Kant, de Bergson, do existencialismo, demarcando-se do liberalismo (desprende “o indivíduo dos valores sociais e comunitários”) e do marxismo (“este absorvendo a pessoa no grupo”¹⁰), na esteira da filosofia tomista, portanto assente numa base metafísica. Sobre esta, reagindo a uma entrevista (1938) que apodava a metafísica de inútil por ocupar-se de problemas inexistentes ou mal postos, defendeu que “no estado pré-abstractivo, só há coisas, dados experimentais, incomunicáveis entre si, não assimiláveis pela ciência;

a abstracção os transformará, exprimindo por elementos incompletos, fixos e universalizantes (definições, fórmulas, princípios, etc.), os diferentes aspectos do dado sintético da experiência”¹¹. Ora, por este veio – a capacidade abstractiva –, o então jovem Craveiro da Silva entrevia uma função objectiva e real no desenvolvimento das ciências, afinal um veio que torna o real *assimilável* ao esforço do progresso humano.

2. Também ainda jovem escreveu “Filosofia e teologia da técnica” (1959), versando um tema acerca do qual foi preciso esperar uma década para encontrar, nesse enfoque, bibliografia relevante; aí trata do valor humano e divino da técnica, mas também da ambivalência da técnica, sublinhando: se “o homem é rei pelo espírito, mas não é apenas um espírito”, é porque “o homem completo é um espírito encarnado num corpo e o corpo está em ligação íntima e fundamental com a terra. Assim como o espírito não vive sem o corpo, este não vive sem a osmose constante com a natureza. [...] Como seu corpo, substancialmente unido a ele, dá-lhe a matéria que o torna homem; como matéria ao serviço do corpo e por ele ao serviço do espírito, dá-lhe uma significação humana, uma finalidade definida”¹². Ora, 40 anos depois, no texto “Filosofia da técnica”, afirma que a actividade científica manifesta “a iniciativa e o poder do espírito humano que tenta quebrar todos os limites e todas as cadeias que se opõem ao seu incessante esforço de penetração e de progresso na investigação e gradual conquista do universo na sua dupla direcção: dos infinitamente grandes e dos infinitamente pequenos, da reconstituição do passado e da previsão do futuro, na descrição das aparências e na penetração das essências”. E prossegue: “A Ciência é a manifestação mais ruidosa do grito de liberdade que o espírito lança quando encontra diante de si a matéria a querer barrar-lhe passagem. A Técnica regista e assegura esse anseio de libertação ao fazer recuar vigorosamente os estorvos, as resistências

³ *Revista Portuguesa de Filosofia*, 10 (4) 1954 (pp. 443-455); em *Ensaio de Filosofia e Cultura Portuguesa*, Braga, Faculdade de Filosofia, 1994 (pp. 281-292); doravante, *EFCP*.

⁴ *Revista Portuguesa de Filosofia*, 11 (3-4) 1955 (165-172); em *EFCP* (293-300).

⁵ *Brotéria*, 28 (6) 1939 (605-610); em *EFCP* (301-306).

⁶ *Brotéria*, 29 (6) 1939 (527-532).

⁷ *Curso de Filosofia Moral* (1954), ed. bilingue latim-português, trad. António Melo, Braga, Aletheia, 2015.

⁸ *Brotéria*, 74 (3) 1962 (262-269).

⁹ *Revista Portuguesa de Filosofia*, 13 (3) 1957 (303-311); em *EFCP* (331-338).

¹⁰ *EFCP*, p. 292.

¹¹ “O valor da Metafísica: à margem duma entrevista”, *Brotéria* 27 (4) 1938 (241-251); em *EFCP* (353-363) p. 356.

¹² “Filosofia e teologia da técnica”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, 15 (2) 1959 (149-162); em *EFCP* (339-352), p. 341.

e os segredos da matéria”¹³. Ela é esteio de libertação, na tarefa de humanização da natureza, pois o homem multiplica pela técnica o poder da sua inteligência.

No entanto, a técnica subtrai-se quantas vezes a esta finalidade, dirigida pelas forças irracionais da avidez e do lucro desenfreado: “Deste modo a Técnica começou a fazer parte da tragédia humana. Os homens trabalham por dever e por necessidade e experimentam nesse trabalho a satisfação da sua vida e a alegria da sua consciência. Mas muitas vezes esse trabalho e essa técnica, ao envolverem-se na rede iníqua da má organização social, participam, consciente ou inconscientemente, das injustiças e dos crimes e aumentam assim o drama da história humana, colaborando nos males que a afligem”¹⁴. A técnica faz parte quer dos sucessos quer da tragédia da existência humana.

3. Em “Fim de Milénio e princípio de Milénio”, declara que “o povo *Português*, situado na ponta atlântica da Europa e que nela recebera a riqueza da cultura Grega e da mensagem de Israel, descobriu, numa aventura arrojada e original, novos povos e novos continentes, dialogando com novas línguas, abraçando novas culturas e iniciando a verdadeira convivência internacional de todas as gentes da terra, que é o problema colectivo do milénio que finda e do milénio que começa”¹⁵. O eixo interpretativo está dado pelo autor a si mesmo e aos leitores.

a) Assim, sustém que “na Idade Moderna, nenhuma nação na Europa tem direito a falar do encontro de culturas, antes de Portugal. De facto, a Europa nunca pôde ou não soube expandir a sua cultura a Leste, para além dos Montes Urais. Na Rússia a sua influência

¹³ “Filosofia da técnica” (1999), *Estudos de Cultura Portuguesa*, Braga, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2002 (197-204) p. 200; doravante, *ECP*.

¹⁴ *EFCP*, p. 346.

¹⁵ “Fim de milénio e princípio de milénio” [alocução no Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, 1999], em *Ser Português: ensaios de Cultura Portuguesa*, Braga, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2000 (33-37) pp. 35-36. Doravante, *Ser Português*.

cultural parou”¹⁶. Ora – e prosseguindo –, “a Oeste, apesar das lendas do Mar Tenebroso, Portugal soube lançar-se e vencer os perigos do Oceano, com arrojo, ciência e tenacidade e abrir as quatro partes do mundo ao contacto e ao diálogo com a cultura europeia. Quem realizou primeiro esse encontro, devidamente preparado por navegações anteriores, foi certamente Vasco da Gama e, por isso, com o historiador inglês Toynbee, também pensamos que a história do encontro de culturas se deve rigorosamente dividir em antes e depois da chegada de Vasco da Gama à Índia, pois nele se deu o verdadeiro encontro do Ocidente com o Oriente, o definitivo e real encontro de culturas que antes não podiam dialogar porque simplesmente se desconheciam”¹⁷ – asserção tão mais relevante quanto vinda dum historiador britânico.

b) Se esse encontro foi de culturas, foi-o também de línguas; nesta sequência, em 1998, disserta sobre “O estudo das línguas dos ‘povos descobertos’, o encontro de culturas e o ‘mundo da razão’”, recordando que, se sabemos que o Padre António Vieira aprendeu várias línguas indígenas, delas se servindo na sua actividade missionária, já o Beato José de Anchieta, que foi com o Padre Nóbrega um dos primeiros missionários do Brasil, elaborou a *Arte de Grammatica da língua mais usada na Costa do Brasil*, impressa em 1595, “o mais precioso e importante monumento que possuímos daquela língua” (segundo Platzmann, no seu catálogo de gramáticas americanas)¹⁸, tendo igualmente composto um *Vocabulário tupi*. Desde a Índia, onde o estudo das línguas foi mais vasto até porque em Goa e noutros lugares os portugueses instalaram tipografias e criaram escolas, Lúcio Craveiro anota e comenta um conjunto assinalável de ‘Gramáticas’ e ‘Dicionários’ das línguas locais, o que também ocorreu sobre línguas na China e em África, que deveria ser completado pelo estudo da

¹⁶ “O estudo dos ‘povos descobertos’, o encontro de culturas e o ‘mundo da razão’” [conferência na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1998], em *Ser Português* (39-48) p. 39.

¹⁷ *Ib.*, p. 39.

¹⁸ *Ib.*, p. 41.

influência da língua e dos nomes portugueses nessas paragens, como no japonês, no chinês, na Índia e outros povos orientais e africanos. Se esta realidade, que foi eminentemente científica e precursora de estudos futuros, mostra à sociedade quão profícuo foi esse “diálogo das culturas”, não apagando as línguas dos naturais, mas misturando nelas as convicções religiosas e os valores de que eram portadores, culmina no estudo linguístico, que é o mais recôndito duma cultura, isto é, “um diálogo amigo e fértil de cultura”¹⁹, talvez o primeiro entre a cultura europeia e de outros povos descobertos.

Noutro enfoque, é interessante ler “Anchieta, o seu teatro e o encontro de culturas”²⁰, ele que foi poeta lírico nas línguas portuguesa, castelhana, tupi, e que através do teatro aprofundou o encontro de culturas (cujas actividades foi ainda preponderante na fundação da cidade de São Paulo); ora, embora sob a inspiração de Gil Vicente, Anchieta serviu-se do teatro, desenvolvendo por essa via o encontro com os índios no sertões brasileiros, como via para o diálogo intercultural, servindo-se das línguas nativas, que se estudavam, e recorrendo ainda à música (flautas, tambores, maracás e outros instrumentos índios), à dança e cantares locais.

c) Na frente diplomática, leia-se “Um português nas relações da China com a Rússia: um facto diplomático relevante do século XVII e o presente”, onde Lúcio Craveiro recorda que foi ao jesuíta português Tomás Taveira, na China desde 1673, que “o imperador Kam Hy [...] mandou vir de Macau a Pequim, aonde foi transportado aos ombros de chineses com grandes honras, através das províncias do império”²¹, que coube, quando surgia o litígio de fronteiras entre a China e a Rússia, servir de intermediário, entendendo-se com os emissários do imperador em chinês e com os emissários russos em latim – o latim vivo que se estudava nas universidades europeias e

¹⁹ *Ib.*, pp. 48, 47.

²⁰ “Anchieta, o seu teatro e o encontro de culturas” [comunicação em Congresso, 1999], em *Ser Português* (49-57) p. 51.

²¹ Cf. Francisco Rodrigues, *Jesuítas Portugueses Astrónomos na China*, Porto, Tipografia Porto Medico, 1925, p. 17.

língua internacional entre as nações. Ora, mostra Craveiro da Silva, como esse acto contribuiu decisivamente para a conclusão do tratado de paz assinado em Niertchinsk (27/08/1689), quando se encontraram, a fim de pôr termo a um litígio ao longo do rio Amur (designação russa), Heilongiiand (designação chinesa), que, nos nossos tempos, foi “revisto mas ainda não completamente, pois ainda ficaram de fora uns 50 quilómetros”²², entre os presidentes Boris Yeltsin e Jiang Zemin (10/11/1997). Aliás, tais textos, deixados pelos missionários, ajudam a reconstituir a história dos povos do Oriente.

4. Num texto fulcral, “Concepção e direitos dos povos descobertos segundo a doutrina peninsular”, o Professor Lúcio parte dos escritos de Bartolomé de las Casas, demorando-se depois na obra de Francisco de Vitoria (elaborada na Universidade de Salamanca), de Francisco Suárez (na Universidade de Coimbra) e de Luís de Molina (na Universidade de Évora). O merecimento de Vitoria está em ter sido “o primeiro a tratar os povos indígenas como sujeitos de todos os direitos que lhes confere a consideração da sua dignidade humana e os reconhecer como participantes, em pé de igualdade, da comunidade internacional”²³; contudo, é aos dois mais ilustres representantes das Universidades de Coimbra e Évora, respectivamente Suárez e Molina²⁴, que se deve a prova – contra a corrente do tempo – de que a pretensa superioridade de civilização não é “título suficiente da expansão colonial”²⁵. Assim, torna-se patente o valor excepcional da doutrina peninsular, não só porque o reconhecimento e a defesa dos direitos dos povos descobertos são afirmados, pela primeira vez, numa perspectiva inédita que criou o Direito Internacional, mas ainda porque nasceu em claustros universitários – Salamanca, Coimbra

²² Cf. “Um Português nas relações da China com a Rússia: um facto diplomático relevante do século XVII e o presente” [comunicação em Colóquio, 1999], *Ser Português* (59-64) p. 43.

²³ “Concepção e direitos dos povos descobertos segundo a doutrina peninsular” [comunicação ao “Congresso sobre os Descobrimientos Portugueses”, 1983], *EFCP* (99-108) p. 103.

²⁴ “Luís de Molina (1535-1600)”, in Pedro Calafate (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. II, Lisboa, Editorial Caminho, 1999 (547-558); em *ECP* (101-114).

²⁵ *Ib.*, p. 105.

e Évora – das duas nações europeias que mais contribuíram para os Descobrimientos; além disso, “todo o conjunto doutrinal do direito internacional criado por Vitoria, Suárez e Molina, serão doravante o fio de prumo a que se terá de recorrer para formular e resolver adequadamente os conflitos e demais relações e direitos de todos os povos no plano internacional”²⁶. Ainda, em “Molina e a Companhia de Jesus”, o Professor Lúcio estuda aspectos complexos do livro *Concordia* (4 vols., 1588), em que Luís de Molina “explicita a defesa da liberdade humana perante a presciência divina”²⁷, referindo-se também, nos estudos já citados, a *De Justitia et Jure* (3 vols., 1593) – uma Teoria da Justiça precursora.

5. É do maior interesse reler o trabalho, de cariz prospectivo, sobre “Comunidade internacional, comunidade europeia e soberania nacional”, de 1957, conjuntamente com aqueloutro, escrito dois anos depois, “Fundamentação do direito de associação (O princípio de subsidiariedade)”, temáticas ainda longe dos eventos, portanto estudos densos em prospectiva. Desde logo, sobre o *princípio de subsidiariedade*, que, na União Europeia quase parece ter-se descoberto na última década do século XX, com o Tratado de Maastricht, quando, no plano filosófico, remonta há mais de sete séculos, cuja dilucidação nos é apresentada em páginas clarividentes, escritas quando ainda não se sonhava sequer com a adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE): “Ensina-nos o princípio de subsidiariedade e a experiência que sempre que uma sociedade superior assume as funções de uma sociedade inferior, fora da esfera do bem comum, isto é, quando uma sociedade superior quer realizar por si um bem mais particular do que o exigido pela própria finalidade, a sociedade civil ficou sempre menos próspera e mais empobrecida”²⁸. Também aqui Craveiro da Silva auscultava os sinais dos tempos, perscrutando os desígnios da história; e, em 1957, com sabedoria serena, escrevia: “Hoje os Estados vão reconhecendo, muitas vezes obrigados pelos rudes golpes da experiência, a sua impotência para satisfazer grande parte das necessidades

²⁶ *Ib.*, p. 107.

²⁷ “Molina e a Companhia de Jesus”, in Irene Borges-Duarte (org.), *Luís de Molina regressa a Évora* (Actas das Jornadas, 1997), Évora, Fundação Luís de Molina, 1998 (79-95) p. 86.

²⁸ “Fundamentação do direito de associação (o princípio de subsidiariedade)”, *Scientia Juridica*, 8, 1959 (9-19); em *EFCP* (307-317) pp. 313-314.

humanas; a tese absoluta das soberanias nacionais prometeu mais do que pôde oferecer”²⁹. Verdadeiramente, estas eram páginas de flagrante actualidade, escritas com a antecipação de quase meio século.

Já em “União Europeia e progresso nacional”, de 1996, após concisamente explanar vários aspectos da nossa histórica ligação à Europa – exorto à sua leitura –, considera: “Há na actual globalização (e não só europeização) da política económica duas tendências ou dois princípios básicos: um princípio funcional neoliberal pelo qual se deixa aos mercados o fluxo das permutas [...], mas também um princípio organizacional (de intervenção) feito de experiência e voluntarismo político-económico que tem por missão definir e escolher os melhores espaços estratégicos das transacções [...]”³⁰. Noutra ocasião, afirmou: “O Além-Mar d’Os *Lusitadas* está a ser substituído pelo Aquém-Mar da Europa, o que representa para a actual geração um desafio e uma nova aventura”³¹. Agora, num Colóquio em que também participámos, sobre a revisão do Tratado de Maastricht, termina: “É a nossa aventura. E Portugal sempre foi feliz quando soube aventurar-se”³². Um fecho adequado numa conferência para jovens.

B/ OS MESTRES

O obra do Professor Lúcio é um chão copioso de influxos e reflexos, onde se inserem Paulo Orósio, Santo Agostinho, São Martinho de Dume, Petrarca, Pedro Hispano, Álvares Pais, Dom Diogo de Sousa, Francisco Sanches, Luís de Molina, Luís de Camões, a Escola Conimbricense em Filosofia, o Padre António Vieira, Serafim de Freitas, Inácio Monteiro, Silvestre Pinheiro Ferreira, José Agostinho de Macedo, Antero de Quental, Eça de Queirós, Teixeira de Pascoaes, Silvestre de Moraes, Abel Salazar,

²⁹ “Comunidade internacional, comunidade europeia e soberania nacional”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, 13 (2) 1957 (113-124); em *EFCP*, (319-329) p. 325.

³⁰ “União Europeia e progresso nacional” [conferência no 3º Seminário sobre a Revisão do Tratado de Maastricht, 1996], *Ser Português* (9-19) p. 19.

³¹ “Bracara Augusta e as lições da História” [conferência na abertura da “Comemoração do Bimilenário de Bracara Augusta”, 2000], *Ser Português*, p. 27.

³² “União Europeia e progresso nacional”, *op. cit.*, p. 19.

Aquilino Ribeiro, Émile Meyerson, Paul Valéry – uma plêiade de pensadores cujas obras nos é dado fruir através da sua reflexão. Nesta análise, é forçoso que fixemos a nossa atenção apenas em alguns³³, pelas limitações de espaço.

1. Estando prevista uma minha intervenção sobre as “Ideias e Mestres” de Braga³⁴, passo a evocar, com ênfase, o primeiro e grande filósofo português depois do nascimento de Portugal, Pedro Hispano (c.1215-1277), a que Craveiro da Silva consagrou um estudo aquando do VII centenário da sua morte (1977), examinando desde as *Summulae Logicales* à obra de temática psicológica e estudos médicos da autoria do filósofo e médico também braceirense. O Professor Lúcio caracteriza a mundividência e a abrangência de conhecimentos do nosso filósofo e cientista, não negligenciando as controvérsias que surgiram sobre os problemas de originalidade ou os apodos de eclectismo, tendo também em conta os vários contributos de especialistas, nacionais e estrangeiros; se é a sua obra filosófica que nos importa, convém não esquecer que Pedro Hispano, o futuro Papa João XXI, foi porventura o português que granjeou, até final do século XX, de maior poder no mundo, dada a relevância mundial do papel dos Sumo-Pontífices, de então.

De facto, “Pedro Hispano deu entrada na História da Filosofia como autor das ‘Súmulas Lógicas’ e como tal o celebrou Dante (Paraíso, XII, 133)”, sendo com essa obra que “alcançou êxito memorável, comentada e adoptada que foi como livro de texto de lógica durante uns quatro séculos nas universidades europeias, com cerca de 200 edições”; e “não há dúvida que Pedro Hispano está na base do grande desenvolvimento da lógica no século XIII” e, nesse domínio “soube escrever um compêndio claro, metódico, de estilo lapidar, didáctico, evitando questões supérfluas e difusas”³⁵; se chegou a duvidar-se da autoria e da originalidade de publicações suas, hoje tem-se

³³ Para uma análise mais detalhada, cf. “Proémio”, in Lúcio Craveiro da Silva, *Biobibliografia, Sobre a Universidade, Braga*, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2004 (9-55). E também “Lúcio Craveiro da Silva: “Da sabedoria e do seu uso”, in Manuel Gama, João Ribeiro Mendes e Maria Francisca Xavier (org.), *Lúcio Craveiro da Silva: Homem de acção e de pensamento*, Actas do Colóquio 2014, Braga, Universidade do Minho, 2015, pp. 9-28.

³⁴ “Ideias e Mestres” de Braga, na Mesa-Redonda prevista para 28 de Novembro próximo, na qual penso concentrar-me nos Mestres originários de Braga ou radicados nesta cidade (Paulo Orósio, São Martinho de Dume, Francisco Sanches, Escola Filosófica de Braga, *et alii*), bem como em Ideias relativos a esta Cidade e Região.

³⁵ Lúcio Craveiro da Silva, “Pedro Hispano (1277-1977) à luz dos últimos séculos” (1977), *Revista Portuguesa de Filosofia*, 33 (2-3) 1977 (113-123); em *EFCP*, p. 41.

por adquirido que a obra foi da lavra de Pedro Julião ou Pedro Hispano, sendo que, o problema que nos falta resolver hoje, é “sobretudo o da fixação do texto crítico e influências recebidas”³⁶.

Outrossim, como filósofo, é inegável o mérito de ter contribuído para a introdução do aristotelismo no Ocidente; e, se não pôde servir-se das traduções que mais tarde São Tomás utilizará, mas apenas de comentadores árabes e neoplatónicos, a verdade é que “compendiou a lógica aristotélica, foi talvez o primeiro comentador, entre os latinos, do *De anima* e do *De animalibus*, e comentou ainda o *De longitate et brevitate vitae* e o *Liber de sensu et sensatu*. Está, portanto, incluído intelectualmente na corrente aristotélica da primeira metade do século XIII, que antecedeu a síntese tomista e o aparecimento do averroísmo latino; até por isso era natural que, uma vez chegado ao trono pontifício, Pedro Hispano reagisse, como reagiu, contra o averroísmo da Faculdade de Artes da Universidade de Paris”³⁷.

Sendo autor de uma mundividência ampla pela abrangência de conhecimentos, foi, como acentua o Professor Lúcio, “um filósofo eclético onde as várias correntes se cruzaram na superfície mas não se fundiram na profundidade de uma síntese ampla e coerente. Descobriu e conheceu os diversos recantos do seu horizonte intelectual mas não soube ou não teve o descanso e a reflexão suficientes para os contemplar no conjunto enriquecedor duma paisagem cheia de amplitude e harmonia”³⁸. Lúcio Craveiro nota que terá querido ser conciliador, deixando fluir as várias correntes do seu tempo na sua heterogeneidade, mas esse aspecto nada retira ao valor e influência do primeiro grande filósofo português.

É importante ter em conta que “Portugal, de um modo geral [...], nunca foi um pólo de atracção intelectual como Paris, Bolonha ou Salamanca. Os seus maiores pensadores ou se formaram no estrangeiro ou por lá viveram e floresceram, com relações mais ou menos ténues com a mãe pátria. Enumeremos, a título de exemplo, Álvaro Pais, André de Prado, Pedro Margalho, Leão Hebreu, Francisco Sanches... Espalhados pela Europa, já então emigrantes do pensamento, ou se formaram nos mais célebres centros

³⁶ *Ib.*, p. 42.

³⁷ *Ib.*, pp. 46-47.

³⁸ *Ib.*, p. 47.

culturais ou foram neles professores tomando por vezes lugar de relevo nas correntes científicas ou filosóficas do seu tempo. Pedro Hispano foi o primeiro a inaugurar, com brilho, esta característica ou fatalidade da nossa história³⁹, singularizando-se ainda, na sua época, pela “simbiose que ele realizou da filosofia, da teologia e da ciência médica” – um tríplice saber que se desenvolve, cada vez mais aprofundado, de modo interdisciplinar.

2. A originalidade da Escola Conimbricense despertou a especial atenção de Lúcio Craveiro, com reflexos até na orientação do seu espírito no que à metodologia, rigor e problemas concerne – conforme testemunha; na verdade, o Curso Conimbricense, publicado no final do século XVI (entre 1592 e 1606), para apoio ao Curso de Filosofia ministrado no Colégio das Artes de Coimbra, obteve assinalável sucesso em muitos centros universitários europeus até meados do século XVII, pela nova metodologia e novidade que comportavam. Vários foram os trabalhos de então, que brotaram da pena de Lúcio Craveiro sobre o assunto; se a maioria deles está perdida, pôs especial interesse e cuidado na publicação dos trabalhos do Professor José Bacelar e Oliveira sobre o Curso Conimbricense, na obra⁴⁰ que organizou.

No seu estudo, Craveiro da Silva caracteriza a relevância da “Escola”: a primeira metade do século XVI foi uma época de transição no domínio do pensamento, em que as escolas tradicionais se enleavam, com frequência, em questões de autoridade e problemas insignificantes, esquecido o impulso original dos grandes pensadores; na filosofia escolástica dominavam o escotismo, o nominalismo e o tomismo (tendo Cajetano e Silvestre de Ferrara como os melhores comentadores, vigorosamente renovado por Vitoria, em Salamanca). É neste quadro que a Escola de Coimbra manifesta novas preocupações, desenvolvendo a sua actividade filosófica e estruturando os seus métodos em torno do aristotelismo, tomismo e a tendência experimental, pelo que “não é também de admirar que novas

³⁹ *Ib.*, p. 48.

⁴⁰ Refiro-me à obra de José Bacelar e Oliveira, *Estudos de Metafísica e Ontologia: perspectivas de um horizonte filosófico*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003, introd. Lúcio Craveiro da Silva, onde estão insertos os referidos capítulos sobre o Curso Conimbricense.

preocupações aparecessem na Escola de Coimbra. Se ela alinha na corrente aristotélica e tomista, não deixa de a julgar e enriquecer com uma nova fonte do conhecimento: a experiência”; essa tendência “em Portugal, vinha dos tempos de D. João I, acentuou-se com os Descobrimentos e as suas apertações, notabilizou-se em Garcia da Orta, e encontrou ardoroso intérprete em Francisco Sanches⁴¹; em suma, aristotelismo, tomismo, tendência experimental, eis as traves da nova Escola.

Além disso, a orientação ao ensino é ainda um dos rasgos que se evidencia no fulgor desta Escola; se este condicionalismo limitava, em parte, a espontaneidade criativa, a verdade é que lograra “tanta perfeição num género tão difícil” que os seus cursos se impuseram “por isso mesmo a toda a Europa” e chegaram “a ser traduzidos na China”; com efeito, “o seu êxito na história da filosofia deve-se [...] ao facto de a Escola Coimbra ter criado um método próprio de expor a filosofia [...]. Ultrapassando o sistema de comentários, como era costume até então, renovou o método e adaptou o novo conceito de “curso”. Por isso a sua exposição é mais clara, rápida e metódica, desenvolvem a filosofia de uma maneira mais independente da teologia, simplificam os assuntos, inserem o texto grego no seu curso para manter o aluno em contacto com as fontes, actualizam as matérias com a exposição da opinião dos autores que as versaram e a discussão dos resultados dos novos avanços científicos. Além disso há a relevar a independência e isenção com que tratam esses assuntos; o argumento de autoridade, tão em voga nas escolas do tempo, era relegado pelos Conimbricenses [...] para o seu devido lugar⁴². Este espírito metodológico renovador procedia da consulta e interpretação directa dos autores, evitando citações indirectas e atendendo à experiência.

3. A valorização por Lúcio Craveiro dos clássicos que trataram questões de actualidade levou-o a escrever “Serafim de Freitas, antagonista

⁴¹ “A originalidade da Escola conimbricense em filosofia”, *Itinerarium*, 6 (27) 1960 (11-18); em *EFCP* (109-115) p. 113.

⁴² *Ib.*, p. 115.

de Grócio”, onde desvela a importância da obra do seiscentista português (1570-1633) que infirma o *Mare liberum* de Grócio. “Não nos esqueçamos que a obra de Serafim de Freitas é sobretudo polémica e procurava destruir a tese de Grócio, que defendia sem limites a plena liberdade da navegação dos mares e dessa tese geral deduzia que, por isso, também a navegação dos mares das Índias era livre. Ora Freitas mostra que os argumentos de Grócio são contestáveis e sobretudo frisa que, em muitas circunstâncias, todos admitem o *Mare clausum*. Tal é o caso dos mares costeiros, pois consideram-se pertença do Estado as 3 milhas ou mais do mar junto da costa”⁴³. Constatando as obras dos dois autores – o célebre filósofo holandês Hugo Grócio e o português Serafim de Freitas –, Craveiro da Silva infere que, se no pensamento de Grócio, a navegação livre dos mares cairia no direito natural de primeira ordem, Serafim de Freitas, ao invés, argui que pertenceria ao direito natural de segunda ordem, isto é, ao direito natural cuja aplicação varia segundo as circunstâncias das coisas a ele sujeitas, mostrando que, “no campo da filosofia jurídica, a resposta do jurista português é convincente e o seu ponto de vista ainda hoje mantém a sua actualidade no Direito Internacional”⁴⁴. Serafim de Freitas defende a causa de Portugal contra juristas de renome, como Hugo Grócio.

4. Sobre Inácio Monteiro, figura relevante do Iluminismo português e da evolução da cultura portuguesa do século XVIII, Lúcio Craveiro deixou-nos dois estudos⁴⁵, nos quais descreve o seu período de formação em Évora, Porto e Coimbra, demorando-se depois sobre a presença de Inácio Monteiro na Universidade de Ferrara, para onde se exilara, expulso por Pombal; aí, acolhido como “doutíssimo”, exerce ora as funções de Prefeito de estudos, ora a tarefa de reforma da organização do ensino (1797). O “último conimbricense”, na sua

⁴³ “Serafim de Freitas, um jurista português antagonista de Grócio”, *Scientia Juridica*, Braga, 3, 1954 (655-660), 4, 1955 (84-92); em *EFCP* (137-150) p. 141.

⁴⁴ *Ib.*, p. 150.

⁴⁵ “Inácio Monteiro: significado da sua vida e da sua obra”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, 29 (3) 1973 (229-266); em *EFCP* (151-189). “Inácio Monteiro (1724-1812) e a ‘Filosofia Livre’”, in Pedro Calafate (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. III, Lisboa, Editorial Caminho, 2001 (177-194); em *ECP* (115-136).

Filosofia Livre e Belética (7 tomos) expõe as suas ideias sobre filosofia natural (as ciências, incluindo matemática e física), lógica ou arte crítica (a física baseia-se na *experiência externa*, a lógica parte, na senda de Locke, da *observação interna*), metafísica (“disserta sobre as primeiras e universais causas de todas as coisas, das noções, das leis inteligíveis, dos espíritos e objectos incorpóreos”), ética (“uma ética filosófica fundada apenas na natureza e na razão, apesar de ser cristão e observante da religião revelada”)⁴⁶. Estes dois estudos, com copiosa incursão nos textos, densificam “a ampla síntese das ciências e, em parte, da filosofia do tempo” que ele realizou, e como, “apesar da sua invulgar formação matemática e científica, nele as ciências e a matemática [...] são analisadas sobretudo como base e esteio para as soluções filosóficas”⁴⁷. Este “último Conimbricense” foi uma figura que contribuiu para o “programa *iluminista* da difusão e valor social da cultura”⁴⁸, com amplo respaldo científico, mormente da matemática, cuja obra se difundiu por toda a Europa, e na sua pátria, onde não pôde mais voltar por imposição pombalina, apenas pelas suas obras.

5. Não posso olvidar, nesta breve sùmula, o “diálogo vivo” que Lúcio Craveiro da Silva diz ter travado com o Padre António Vieira e Antero de Quental, para depois me demorar nas suas reflexões sobre o nosso Poeta-Filósofo.

a) Ora, do Jesuíta luso-brasileiro assevera ter sido “um Autor com quem igualmente sempre convivi”⁴⁹, de Antero confessa-se discípulo, de quem “bebemos alguma coisa de humano e de vital”⁵⁰. De modo interessante, Vieira e Antero aparecem juntos num outro livro – *Padre António Vieira e Antero de Quental* –, pois “ambos foram tremendamente lutadores, ambos se

⁴⁶ Cf. “Inácio Monteiro (1724-1812) e a ‘Filosofia Livre’”, *op. cit.*, pp. 125-134.

⁴⁷ “Inácio Monteiro: significado da sua vida e da sua obra”, *op. cit.*, p. 186

⁴⁸ “Inácio Monteiro (1724-1812) e a ‘Filosofia Livre’”, *op. cit.*, p. 134.

⁴⁹ Lúcio Craveiro da Silva, *Padre António Vieira e Antero de Quental*, Braga, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 1998, p. 7.

⁵⁰ Lúcio Craveiro da Silva, *Antero de Quental: evolução do seu pensamento filosófico* (1959), Braga, Publicações da Faculdade de Filosofia, 1992, 2ª edição aumentada, p. 13.

entregaram denodadamente a um ideal, como cavaleiros andantes que serviram a sua dama, com afinco, sem reservas, com paixão. É certo que a “dama” que serviram surge muito diferente num e noutra. Mas neles vamos descobrir as mesmas consequências psicológicas dessa paixão na própria avaliação da sua obra literária: em Vieira em relação aos Sermões, em Antero em relação aos Sonetos⁵¹ – como transparece em ritmo vigoroso na centena de páginas a ambos dedicadas neste livro. Ademais, “ambos tentaram ‘escrever um livro’: ‘Vieira na *História do Futuro* e Antero no *Programa para a Geração Nova*’; e, se ‘a *História do Futuro* não foi aceite pela Inquisição e ficou incompleta’, ‘o *Programa* de Antero não foi, ao que parece, aplaudido pelos amigos e ele destruiu-o’. No entanto, Vieira persistiu na *Clavis Prophetarum*, Antero nas *Tendências Gerais da Filosofia na Segunda Metade do Século XIX*. Ambas as obras ficaram inacabadas, capelas imperfeitas, segundo confissão dos respectivos autores. Mas o mais curioso é que o Orador Vieira, dominado pelos ideais da *História do Futuro*, chega a considerar para lugar inferior, na sua apreciação, os *Sermões*; o Poeta Antero, igualmente apaixonado pelos horizontes místico-filosóficos que o absorviam, deixa por vezes em plano esvaecido o valor literário dos *Sonetos*”⁵². Tal reflexão comparativa mostra quão vivencial e profundo foi o diálogo entre o Inaciano luso-brasileiro, o Inaciano bracarense e o Insulano micaelense.

b) Em *Ser Português*, onde se inclui a palestra que deu o título ao livro, “proferida a pedido de um grupo de estudantes universitários”, disse Lúcio Craveiro: “Houve, porém, um facto ou um ‘choque’ que mudou por completo a minha vida”, quando, “em 1934, tinha eu uns 20 anos, vim para Braga cursar filosofia [...]. Lia muito e encontrei, entre outros, um autor que me marcou porque ele desencadeava claramente um problema que ecoou com força dentro de mim mesmo: ‘Quería saber ao menos para que vim ao mundo’. Esse autor foi Antero de Quental [...]”⁵³. De facto, Antero expressara de vários modos essa momentosa questão, como na sua famosa Carta autobiográfica (14 de

Maio de 1887), ao narrar as atribuladas questões vividas “em face do grande problema da existência. [...] Eram estas as consequências que eu via sair da doutrina com que me criara, da minha *alma mater*, agora que a interrogava com a seriedade e a energia de quem, antes de morrer, quer ao menos saber para que veio ao mundo”⁵⁴. Embora com pressupostos diferentes, junta-os a gravidade da questão que os inquietava.

Outrossim, e na sequência, o que em Antero seduzia Lúcio Craveiro era a busca do sentido da existência, a sede de metafísica e a atitude existencial de luta por um ideal, tanto mais que “o ‘encontro’ com Antero originou um diálogo vivo que muitas vezes terminou numa reacção”⁵⁵ – donde afinal resultou *Antero de Quental: evolução do seu pensamento filosófico* (1959). Sem dúvida, eis-nos ante um livro denso e, ao mesmo tempo, sereno, onde, por um trabalho interpretativo original, caracteriza o que denomina de “antinomias anterianas”, isto é, os eixos dinâmicos da obra do nosso Poeta-Filósofo.

Craveiro da Silva não oculta o enorme influxo recebido: “devemos confessar que ele representou uma das influências mais profundas e duradoiras da nossa formação filosófica. Logo no início do nosso curso filosófico [...], Antero de Quental apareceu a determinar certa orientação do nosso espírito. [...] Mas foi dele que recebemos o entusiasmo pelos problemas especulativos, foi ele que despertou o nosso gosto pelas amplas interpretações sintéticas e históricas do pensamento humano, foi nele que descobrimos a necessidade de uma integração social dos problemas, foi nele, finalmente, que encontramos o segredo da necessidade da Ética e da Moral e aprendemos a nunca descurar o aspecto metafísico da realidade”⁵⁶. Por isso, escreve: “A confissão que acabamos de fazer talvez tenha pouco interesse para a maioria dos nossos leitores, e não a faríamos se ela não fosse devida àqueles que desejavam saber como é que nos pudemos interessar por um pensador antagonista de ideias, que se encontram no mais íntimo da nossa inteligência e dos nossos trabalhos”, embora notando: “Nunca a formação de um pensamento se limita à

⁵¹ Lúcio Craveiro da Silva, “Padre António Vieira e Antero de Quental”, *Padre António Vieira e Antero de Quental*, op. cit., p. 45.

⁵² *Ib.*, p. 48.

⁵³ “Ser Português (Palestra proferida a pedido de um grupo de estudantes universitários)”, *Ser Português*, p. 66.

⁵⁴ Antero de Quental, “Carta a Wilhelm Storck”, *Cartas II*, org., introdução e notas de Ana Maria A. Martins. Universidade dos Açores / Lisboa, Editorial Comunicação (1989), pp. 837, 838.

⁵⁵ Lúcio Craveiro da Silva, *Antero de Quental: evolução do seu pensamento filosófico*, op. cit., p. 13.

⁵⁶ *Ib.*

influência de um só autor; e com Antero outros pensadores nos ajudaram a modelar a nossa visão do mundo e do homem”⁵⁷.

c) Julgamos que é no capítulo IV da I Parte do livro de Lúcio Craveiro que brotam as reflexões mais densas e originais sobre o pensamento anterior, que “progride por sínteses sucessivas”⁵⁸, a que o Professor Lúcio volta em ensaio sobre “o sentimento moral e religioso na Filosofia de Antero”, e dez anos depois⁵⁹, em páginas imbuídas de reflexão aturada sobre “a estrutura dinâmica” do pensamento de Antero: uma 1ª síntese sobre a “superação da antinomia basilar na teoria geral do ser”, a 2ª sobre a “Ciência-Filosofia, na teoria das ciências com a teoria da evolução na libertação do ser inconsciente e do ser consciente”, a 3ª sobre “a da Filosofia e Moral”, e a 4ª, “a da Religião intimamente ligada à Moral”⁶⁰ – portanto um percurso tetragonal por entre antíteses e sínteses.

Divisamos nesta reflexão entretecida de antíteses e sínteses um Antero tanto na senda de Proudhon como sob o influxo de Hegel; convergindo com Proudhon, quando anela pelo equilíbrio dos contrários numa dialéctica dos antagonismos, abjurando a síntese hegeliana, a que o fulgor dos seus versos dá melhor expressão: “*Mas o homem, na terra onde o destino | O lançou, vive e agita-se incessante... | Enche o ar da terra o seu pulmão possante... | Cá da terra blasfema ou ergue um hino...*”⁶¹. Todavia, em Antero há também a “paixão da síntese”, presente ao longo da sua obra, como confessou na sua Carta autobiográfica ao deixar claro que “me seduziram as tendências grandiosas daquela estupenda síntese”, tendo sido “dentro dele [hegelianismo] que se deu a minha evolução intelectual”⁶²; di-lo também em verso: “*Mas a ideia é num mundo inalterável, | Num cristalino Céu, que vive estável... | Tu, pensamento, não és fogo, és luz!*”⁶³.

⁵⁷ *Ib.*

⁵⁸ Lúcio Craveiro da Silva, *Antero de Quental: evolução do seu pensamento filosófico*, *op. cit.*, pp. 67-87.

⁵⁹ Lúcio Craveiro da Silva, “Antero de Quental, filósofo”, *ECP*. 2002 (26-35).

⁶⁰ Lúcio Craveiro da Silva, *Antero de Quental: evolução do seu pensamento filosófico*, *op. cit.*, p. 108.

⁶¹ Antero de Quental, “Tese e Antítese II”, *Sonetos*, ed. António Sérgio, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1962, p. 54.

⁶² Antero de Quental, “Carta a Wilhelm Storck”, *Cartas II*, *op. cit.*, p. 834.

⁶³ Antero de Quental, “Tese e Antítese I”, *Sonetos*, *op. cit.*, p. 53.

Assim, ao surgir uma “primeira síntese” – “superação da antinomia basilar” –, esta “projecta uma união, um longo abraço entre o idealismo espiritualista ou dinamismo psíquico, e o materialismo ou dinamismo mecânico, para refundir em novos moldes toda a filosofia”⁶⁴. Na continuação desse diálogo, com a “segunda síntese” – “ciência-filosofia” – é esclarecido que “o mecanicismo contém verdade, mas não contém toda a verdade. Sente-se estruturalmente incompleto e clama por um remate metafísico, que o aperfeiçoe e fecunde”⁶⁵. Nesta dialéctica ascendente, desponta a “terceira síntese” – “Filosofia (espiritualista) e a Moral” –, onde somos envolvidos pela questão: “Desde que o mundo participa da *força*, porque não há-de sentir intimamente o *dinamismo* duma tendência mística, que o impele ao bem?”⁶⁶, que nos conduz a uma “quarta síntese” – “a Moral e a Religião” –, na qual “Antero mal esboça, ao de leve, o plano de uma nova síntese no campo religioso”⁶⁷. Por isso mesmo, o Inaciano afirma sobre o Insulano: “Muitos dos seus problemas permanecem os nossos problemas. E se não teve tempo de os aprofundar suficientemente e de lhes encontrar as perspectivas ambicionadas, até por causa da sua saúde deficiente, teve o condão de os descobrir entre nós, de os discutir com talento excepcional, de os exprimir em versos imortais e de os olhar com sinceridade e humanidade”⁶⁸.

d) Ainda sobre o Poeta-Filósofo, Lúcio Craveiro publica, em 1996, as *Novas Cartas Inéditas de Antero de Quental*, que importava “dar a conhecer quando antes”, não só porque “sob muitos aspectos reflectem ou confirmam o que já conhecíamos ou suspeitávamos pela restante correspondência”, mas também porque se desvendam “horizontes novos de problemas conhecidos”⁶⁹. Na “Introdução”, Craveiro da Silva narra as vicissitudes históricas das 29 Cartas que organizou e anotou, entregues por D. Victória, esposa de Oliveira Martins, ao jesuíta Padre Joaquim Campo Santo, em Lisboa

⁶⁴ Lúcio Craveiro da Silva, *Antero de Quental: evolução do seu pensamento filosófico*, *op. cit.*, p. 69.

⁶⁵ *Ib.*, p. 75.

⁶⁶ *Ib.*, p. 82.

⁶⁷ *Ib.*, p. 83.

⁶⁸ *Ib.*, p. 106.

⁶⁹ Antero de Quental, *Novas Cartas Inéditas de Antero de Quental*, introdução, org. e notas de Lúcio Craveiro da Silva, Braga, Faculdade de Filosofia de Braga, 1996, p. 35.

(guardadas depois no Juncal e em Braga, Nine, enterradas em Valença, e ainda em Tui, Valladolid, Bruxelas, Lisboa); depois, o Professor Lúcio dilucida o pensamento anterior nas perflhado, desde a sua busca filosófica e metafísica, o hegelianismo como ponto de partida das especulações de Antero, o espírito religioso que nele anda sempre ligado à metafísica, a sua empenhada adesão à justiça social e, por ela, ao socialismo de cariz proudhoniano. Sobre o influxo do filósofo francês, convém destacar “o *Programa da União Democrática* (1873), que se julgava definitivamente perdido e foi encontrado entre estes inéditos de Antero e assim fica conhecido na sua primeira redacção, antes das emendas de Oliveira Martins”⁷⁰ – dado doravante relevante na interpretação de Antero.

No entanto, “acresce outro aspecto importante que não tem sido focado e que nestes inéditos se revela notável. Antero caiu na conta de que sem um estudo aprofundado da economia, a reforma social e os movimentos operários carecem de base e perdem-se na utopia. Por isso, Antero (quem o diria?) pensou ser economista como uma das suas primeiras prioridades”⁷¹, como confidencia a Oliveira Martins: “Os meus estudos sociais estão agora interrompidos com a literatura que me absorve; decididamente tudo se conspira para fazer com que eu nunca possa ser aquele grande economista que bem no fundo, como V. sabe, é a minha vocação verdadeira!”.

Sobre Antero voltará com novos temas, seja dilucidando questões específicas⁷², seja nas suas relações com Eça⁷³. Gustavo de Fraga, escreve: “O encontro de Lúcio Craveiro da Silva, confessadamente de discípulo, com Antero de Quental, como mestre, não surpreenderá o filósofo conhecedor da tradição filosófica, mas ficará como um dos episódios mais belos e significativos do “anterismo” e do encontro dos espíritos no século XX português. Pensamos que põe termo, pela resposta vivida, a um certo número de

⁷⁰ Lúcio Craveiro da Silva, “Introdução”, p. 28. Ver o Programa da “União Democrática Portuguesa” (57-63), em anexo à Carta de Antero a Oliveira Martins de 23 de Fevereiro de 1873, in Antero de Quental, *Novas Cartas Inéditas de Antero de Quental*, op. cit. (54-56).

⁷¹ *Ib.*, “Introdução”, pp. 29-30. Cf. Carta a Oliveira Martins de 2 de Novembro de 1971, in Antero de Quental, *Novas Cartas Inéditas de Antero de Quental*, op. cit., p. 45.

⁷² Lúcio Craveiro da Silva, “Antero de Quental, filósofo”, *ECP* (9-36), mas também “Antero de Quental, marxista?” e “O Tesouro Poético da Infância” de Antero de Quental” (2000), *Ser Português* (85-95, 97-103, respectivamente).

⁷³ Lúcio Craveiro da Silva, “Eça de Queirós e Antero, amigos: o diálogo fecundo de dois génios”, *ECP*. (37-41).

questões e dúvidas sobre a interpretação de Antero e sobre a sua concepção do mundo”⁷⁴.

6. O estudo sobre “Silvestre de Moraes, Filósofo” (1869-1936) versa sobre o influxo do positivismo de Herbert Spencer em Portugal, em grande parte, aliás, por estudar. Na obra do evolucionista português, no seu sistema também determinista, analisa-se em especial as relações que o autor apresenta na sua vasta obra, mormente as relações entre a ciência e a filosofia, a classificação das ciências, a sua concepção do universo e da vida (evolucionismo, mecanicismo e vitalismo) e o problema religioso. No entanto, Lúcio Craveiro mostra como Silvestre de Moraes aceita a posição evolucionista central de Spencer, embora por vezes dela se distanciando; para Silvestre de Moraes, é reagindo entre si que filosofia e ciência se vão exercitando, definindo os métodos, os sistemas e os processos da vida, derivando uns dos outros e completando-se reciprocamente. “Silvestre de Moraes não admite soluções simplesmente abstractas (metafísicas) nem simplesmente concretas (empiristas); aceita apenas as soluções que ele chama abstracto-concretas com que baseia a sua filosofia da ciência que se resume numa interpretação evolucionista do universo e da vida (vitalismo)”⁷⁵. Na verdade, “o Universo forma um todo, vivo, sem princípio nem fim, matéria e energia, que se vai manifestando indefinidamente em múltiplas formas. Por isso, as nossas explicações estáticas (apenas o presente) são ilusórias e simbólicas; para encontrar explicações objectivas temos de recorrer também ao passado e ao futuro, o que só se encontra nas ciências e na filosofia conjuntamente”⁷⁶. Sobre o problema religioso, é manifesto também o influxo de Spencer, para quem tanto a ciência como a religião têm aspectos comuns e são incapazes de atingir o Absoluto, o *Incognoscível* por natureza.

⁷⁴ Gustavo de Fraga, “Os discípulos de Antero”, in Vítor Aguiar Silva, Acílio E. Rocha, Norberto Cunha (coord.), *Em Homenagem a Lúcio Craveiro da Silva*, Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 1994 (135-164) p. 164.

⁷⁵ “Silvestre de Moraes, Filósofo”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, 45 (1) 1989 (21-41); em *ECP* (137-157) pp. 147-148.

⁷⁶ *Ib.*, p. 150.

7. Cultor da maioria dos filósofos portugueses, Craveiro da Silva não poderia olvidar uma figura singular, a quem dedicou “Filosofia e poesia em Teixeira de Pascoaes” e “*Embríões*: o primeiro livro de Pascoais” (livro de 1895, que enjeitou, teimando “depois em apresentar sobretudo *Sempre* como sua primeira obra em 1898”⁷⁷). O Poeta, vivendo num tempo “deslumbrado com a estabilidade e os progressos espectaculares das ciências físico-matemáticas”, “tal como Bergson mas em sentido diferente, reagiu contra este império absorvente da concepção científica”⁷⁸, escrevendo n’*O Homem Universal*: “Nunca me conformei com um conceito puramente científico da Existência, ou aritmético-geométrico, quantitativo-extensivo. A existência não cabe numa balança ou entre os ponteiros dum compasso. Pesar e medir é muito pouco; e esse pouco é ainda uma ilusão”⁷⁹. Assim apresenta Lúcio Craveiro a obra multifacetada do pensador que abandonou a cidade e a própria profissão para se dedicar à sua missão de escritor, embrenhando-se de alma e coração nas montanhas do Marão, atento apenas aos apelos do seu mundo interior, rico de imaginação e inspiração criadora⁸⁰ – com este seu vibrante estudo.

A poesia é, então, teoria do conhecimento, uma poética ou forma de conhecer ao lado da ciência; enquanto esta é uma forma elementar do saber, a poesia penetra na essência das coisas. “Ninguém, como Pascoais – afirma Lúcio Craveiro –, valorizou, entre nós, o conhecimento poético de maneira tão pessoal, autêntica e genuína dentro da sua percepção do mundo e da vida; ninguém como ele teve a consciência da alta missão do poeta em desvendar a misteriosa realidade do homem e da natureza; ninguém como ele aceitou a responsabilidade dessa função demiúrgica da poesia e suas implicações, tão devotadamente, todo inteiro, sem compromisso”⁸¹. Assim, para além da existência, que é domínio da ciência, a poesia atinge a vida e revela a verdade. Se “já

⁷⁷ “*Embríões*: primeiro livro de Pascoaes” [alocução no “Colóquio sobre Teixeira de Pascoaes”, 1995], em *Ser Português* (105-110), p. 106.

⁷⁸ “Filosofia e Poesia em Teixeira de Pascoais”, *EFCP* (221-228) p. 223.

⁷⁹ Teixeira de Pascoais, *O Homem Universal*, Lisboa, Edições Europa, 1937, p. 9.

⁸⁰ “Filosofia e Poesia em Teixeira de Pascoais”, *op. cit.*, p. 221.

⁸¹ *Ib.*, p. 227.

Leonardo Coimbra, por exemplo, observou a confusão estabelecida por Pascoaes entre *infinito* e *indefinido*, e poderíamos acrescentar as deficiências do seu conceito de *finalidade* ao analisar o sentido da vida, o desconhecimento da *analogia* ao estabelecer problemas ontológicos”, vista a obra enquanto criação poética, “temos em Pascoaes o poeta mais rico e coerente da nossa história literária e filosófica”⁸², que colhia na serra do Marão a sua fonte de inspiração, qual “montanha sagrada” que o elevava ao cosmos e, por este, ao espírito universal – o esteio vivificante da obra pascoaisiana.

8. Certamente o Professor Lúcio reflectiu sobre o filósofo acabado de citar, Leonardo Coimbra, realçando que “foi uma figura de excepção na nossa tradição filosófica. Excepção, porque foi um filósofo original que criou um sistema próprio: a maioria dos nossos pensadores geralmente pouco ultrapassam a repetição de influências estranhas. Espírito rico de preocupações metafísicas, alicerçado numa vasta erudição, foi em Portugal o principal antagonista do positivismo e da sua decadente filosofia e, por isso, lhe ficámos devendo, em grande parte, a reacção que muito contribuiu para criar entre nós ambiente favorável à especulação e à renovação universitária do ensino da filosofia. E, caso ainda mais raro na nossa tradição filosófica, criou escola e a sua irradiação germinou viva primeiramente nos seus discípulos”⁸³. Aí considera ainda como Leonardo Coimbra desenvolve a sua análise partindo do fundo biopsicológico, etnográfico e histórico do povo russo, a crítica ao cientismo fechado em que assentou um poder totalitário que se exhibia como solução humana completa, por isso mesmo votado ao fracasso – o que confere à obra um carácter premonitório.

9. Registamos outros títulos, como “Introdução à leitura de Petrarca e o petrarquismo”⁸⁴, “O agostinismo político no ‘Speculum

⁸² *Ib.*, pp. 227-228.

⁸³ Lúcio Craveiro da Silva, “Considerações em tomo de “A Rússia de hoje e o homem de sempre””, *Filosofia e Ciência na obra de Leonardo Coimbra*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1994, p. 11.

⁸⁴ *Brotéria*, 43, 1943; em *Ser Português* (137-147).

Regum' de Álvaro Pais"⁸⁵, "Polémica entre Suárez e Vásquez, sobre o 'Diligere Incipiunt'"⁸⁶, "Silvestre Pinheiro Ferreira, significado e itinerário da sua obra filosófica"⁸⁷, "José Agostinho de Macedo, a sua tentativa filosófica e a 'Demonstração da existência de Deus'"⁸⁸, "Abel Salazar, a Universidade, a cultura e a inovação tecnológica"⁸⁹, as análises que faz sobre "Paul Valéry, Filósofo"⁹⁰, "Filosofia crítica de Meyerson"⁹¹, um interessante conjunto de ensaios literários, onde avultam "Nótulas de estética camoneana: os Lusíadas como epopeia"⁹², "Aquilino Ribeiro e o seu pesadelo: notas de crítica"⁹³, "O classicismo e a 'Escola Nova' poética"⁹⁴. Como especialista de História da Filosofia em Portugal, refira-se ainda o estudo "Filosofia Portuguesa Actual: esboço histórico valorativo"⁹⁵ e "Philosophie au Portugal"⁹⁶, que compendiam as principais correntes e figuras da filosofia nacional.

⁸⁵ *Brotéria*, 79 (2-3) 1964 (141-147); em *EFCP* (49-56).

⁸⁶ *Theologica*, 2ª série, 7, 1972 (489-499).

⁸⁷ *Revista Portuguesa de Filosofia*, 11 (3-4) 1955 (613-619); em *EFCP* (191-197).

⁸⁸ Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, Coimbra, 1957; em *EFCP* (199-209).

⁸⁹ Intervenção [na celebração do centenário de Abel Salazar, 1990], em *Ser Português* (111-115).

⁹⁰ *Revista Portuguesa de Filosofia*, 12 (2) 1956 (151-162); em *Ser Português* (149-160).

⁹¹ *Revista Portuguesa de Filosofia*, 14 (2) 1958 (113-122); em *Ser Português* (161-170).

⁹² *Brotéria*, 32 (10) 1941 (486-502); em *EFCP* (117-130).

⁹³ *Brotéria*, 30 (2) 1940 (195-204); em *EFCP* (229-238).

⁹⁴ *Brotéria*, 28 (5) 1939 (550-560); em *EFCP* (239-249).

⁹⁵ *Revista Portuguesa de Filosofia*, 14 (3-4) 1958 (397-416).

⁹⁶ *Les Grands Courants de la Pensée Mondiale Contemporaine: panoramas nationaux*, vol. II, Milano, Marzorati Editore, 1958 (1039-1066).